



UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá
Técnico em Assuntos Educacionais

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos: ideias principais e secundárias; ideias explícitas e implícitas; fatos e opiniões; relações intratextuais e intertextuais	1
Gêneros textuais: formas e funções	6
Linguagem verbal e linguagem não verbal	17
Vocabulário: sentido de palavras e de expressões no texto; denotação e conotação ..	19
Aspectos gramaticais: ortografia; funcionamento de diferentes recursos linguísticos no texto (níveis morfológico, sintático e semântico)	20
normas de concordância verbal e de concordância nominal	21
normas de regência verbal e de regência nominal	23
pontuação	26
Coerência textual. Mecanismos de coesão (referencial, recorrencial e sequencial) ...	30
Variação linguística	31
Exercícios	33
Gabarito	45

LEGISLAÇÃO

constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (artigos 37 a 41)	1
Lei nº 8.112/1990 e suas alterações	10
Decreto nº 1.171/1994 e suas alterações	53
Lei nº 8.027/1990	56
Lei nº 8.429/1992 e suas alterações	59
Lei nº 9.784/1999 e suas alterações	75
Lei nº 11.091/2005 e suas alterações	91
Lei nº 12.527/2011 e suas alterações	98
Lei nº 13.709/2018 e suas alterações	110
Lei nº 14.133/2021 e suas alterações	132
Regimento Geral da UNIFEI e suas alterações (artigos 1 a 10)	204
Exercícios	207
Gabarito	213

SUMÁRIO



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Conceitos básicos de operação com arquivos utilizando o Windows Explorer para as versões do Windows 7, 8 ou 10	1
Noções de navegação na internet, para as versões do Windows 7, 8 ou 10	4
Noções consistentes de trabalho com computadores em rede interna, ambiente Windows para as versões do Windows 7, 8 ou 10	11
Noções consistentes de escrita e editoração de texto utilizando o Microsoft Word (versões 2007, 2010 ou 2013) e LibreOffice-Writer (versão 5.0.6 ou superior)	13
Noções consistentes de cálculo e organização de dados em planilhas eletrônicas utilizando o Microsoft Excel (versões 2007, 2010 ou 2013) e LibreOffice-Calc (versão 5.0.6 ou superior)	29
Noções básicas, como usuário, do funcionamento de computadores e de periféricos	42
Noções básicas, como usuário, dos sistemas operacionais Windows (versões 7, 8 ou 10)	46
Noções de segurança da informação e backup	65
Exercícios	70
Gabarito	76

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Políticas Públicas para a Educação Superior	1
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB) e suas alterações	16
Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (SINAES) e suas alterações	45
Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010 e suas alterações	49
Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (PNE)	74
Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017	98
Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017	102
Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018	125
Planejamento e gestão educacional. Planejamento, planos e projetos educativos; projeto político-pedagógico (metodologia de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação do projeto político-pedagógico)	128
Gestão, Avaliação e Validação de Projetos Educacionais	155
Avaliação institucional e Curricular para a Educação Superior	157
Princípios norteadores para uma Educação Inclusiva	158
Educação a Distância	158
Design Instrucional	161
Planejamento Didático e Teorias Pedagógicas	162
Acessibilidade e Tecnologia Assistiva na Educação	169
Análise e Desempenho do Ensino e Aprendizagem	170
Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental: Cartilha A3P	171

SUMÁRIO



Tecnologias educacionais e inovação	180
Avaliação do processo de ensino e aprendizagem, concepção, elaboração e realização de projetos de pesquisa e extensão	180
Exercícios	186
Gabarito	190

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.



Legislação

Disposições gerais e servidores públicos

A expressão Administração Pública em sentido objetivo traduz a ideia de atividade, tarefa, ação ou função de atendimento ao interesse coletivo. Já em sentido subjetivo, indica o universo dos órgãos e pessoas que desempenham função pública.

Conjugando os dois sentidos, pode-se conceituar a Administração Pública como sendo o conjunto de pessoas e órgãos que desempenham uma função de atendimento ao interesse público, ou seja, que estão a serviço da coletividade.

Princípios da Administração Pública

Nos termos do *caput* do Artigo 37 da CF, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

As provas de Direito Constitucional exigem com frequência a memorização de tais princípios. Assim, para facilitar essa memorização, já é de praxe valer-se da clássica expressão mnemônica “LIMPE”. Observe o quadro abaixo:

Princípios da Administração Pública	
L	Legalidade
I	Impessoalidade
M	Moralidade
P	Publicidade
E	Eficiência
LIMPE	

Passemos ao conceito de cada um deles:

– Princípio da Legalidade

De acordo com este princípio, o administrador não pode agir ou deixar de agir, senão de acordo com a lei, na forma determinada. O quadro abaixo demonstra suas divisões.

Princípio da Legalidade	
Em relação à Administração Pública	A Administração Pública somente pode fazer o que a lei permite → Princípio da Estrita Legalidade
Em relação ao Particular	O Particular pode fazer tudo que a lei não proíbe

– Princípio da Impessoalidade

Em decorrência deste princípio, a Administração Pública deve servir a todos, sem preferências ou aversões pessoais ou partidárias, não podendo atuar com vistas a beneficiar ou prejudicar determinadas pessoas, uma vez que o fundamento para o exercício de sua função é sempre o interesse público.

– Princípio da Moralidade

Tal princípio caracteriza-se por exigir do administrador público um comportamento ético de conduta, ligando-se aos conceitos de probidade, honestidade, lealdade, decoro e boa-fé.

A moralidade se extrai do senso geral da coletividade representada e não se confunde com a moralidade íntima do administrador (moral comum) e sim com a profissional (ética profissional).

O Artigo 37, §4º da CF elenca as consequências possíveis, devido a atos de improbidade administrativa:



Noções de Informática

Pasta

São estruturas que dividem o disco em várias partes de tamanhos variados as quais podem armazenar arquivos e outras pastas (subpastas)¹.



Arquivo

É a representação de dados/informações no computador os quais ficam dentro das pastas e possuem uma extensão que identifica o tipo de dado que ele representa.

Extensões de arquivos

EXTENSÃO	TIPO
.jpg, .jpeg, .png, .bpm, .gif, ...	Imagem
.xls, .xlsx, .xlsm, ...	Planilha
.doc, .docx, .docm, ...	Texto formatado
.txt	Texto sem formatação
.mp3, .wma, .aac, .wav, ...	Áudio
.mp4, .avi, rmvb, .mov, ...	Vídeo
.zip, .rar, .7z, ...	Compactadores
.ppt, .pptx, .pptm, ...	Apresentação
.exe	Executável
.msi, ...	Instalador

Existem vários tipos de arquivos como arquivos de textos, arquivos de som, imagem, planilhas, etc. Alguns arquivos são universais podendo ser aberto em qualquer sistema. Mas temos outros que dependem de um programa específico como os arquivos do Corel Draw que necessita o programa para visualizar. Nós identificamos um arquivo através de sua extensão. A extensão são aquelas letras que ficam no final do nome do arquivo.

Exemplos:

.txt: arquivo de texto sem formatação.

.html: texto da internet.

.rtf: arquivo do WordPad.

.doc e .docx: arquivo do editor de texto Word com formatação.

É possível alterar vários tipos de arquivos, como um documento do Word (.docx) para o PDF (.pdf) como para o editor de texto do LibreOffice (.odt). Mas atenção, tem algumas extensões que não são possíveis e caso você tente poderá deixar o arquivo inutilizável.

Nomenclatura dos arquivos e pastas

Os arquivos e pastas devem ter um nome o qual é dado no momento da criação. Os nomes podem conter até 255 caracteres (letras, números, espaço em branco, símbolos), com exceção de / \ | > < * : " que são reservados pelo sistema operacional.

¹ <https://docente.ifrn.edu.br/elizeiosoares/disciplinas/informatica/aula-05-manipulacao-de-arquivos-e-pastas>



Conhecimentos Específicos

A educação superior brasileira passou a crescer em um ritmo mais consistente a partir da segunda metade da década de 1990. O crescimento ao longo desses 20 anos aconteceu em fases marcadas por políticas indutoras com o objetivo de ampliar o acesso, principalmente, para a população mais carente.

O atraso histórico da educação superior no Brasil não é novidade. Mesmo com todo crescimento observado no período citado, o país ainda ostenta uma taxa de escolarização líquida (percentual de jovens na faixa etária entre 18 e 24 anos matriculados no ensino superior) muito baixa, de apenas 18%, conforme dados do Censo da Educação Superior de 2015. Em 1996, a taxa se situava abaixo de 6%. Mesmo a taxa de escolarização bruta, (percentual do total de alunos matriculados no ensino superior, independente da faixa etária, em relação à população de jovens de 18 a 24 anos) é baixa, tendo atingido 34,5% em 2015. A título de comparação, a taxa bruta média dos países da América Latina chegou a 43% em 2013.¹

O Plano Nacional da Educação (PNE) vigente definiu 20 metas para a educação básica e superior a serem cumpridas até o ano de 2024. A Meta 12 estabeleceu o compromisso para o ensino superior de elevar a taxa de escolarização líquida para 33% e a taxa de escolarização bruta para 50%, até o ano de 2024.

Os principais vetores que possibilitaram um crescimento mais acelerado do número de matrículas no ensino superior a partir de 1996 foram:

- Promulgação da nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).
- Enem como forma de ingresso no ensino superior em substituição ao processo seletivo e vestibular.
- Criação do Centro Universitário como nova modalidade de organização acadêmica com autonomia.
- Criação dos cursos de graduação na modalidade a distância.
- Expansão dos cursos de graduação tecnológica (cursos de menor duração, com foco no mercado de trabalho) em substituição aos cursos sequenciais.
- ProUni (Programa Universidade para Todos).
- Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais).

Como se observa, o acesso à educação superior no Brasil ainda está longe da meta de um terço de matrículas da população de 18 a 24 anos no ensino superior em 2024, e que é ainda muito tímida na comparação com outros países de nível semelhante de desenvolvimento. Aumentar esse índice depende, portanto, da melhoria do acesso e da qualidade do ensino médio, da existência de uma oferta de educação superior suficientemente diversificada, que possa atender de forma significativa à grande variedade de motivações, interesses e condições de estudo da população jovem e adulta do país, e de políticas de financiamento que permitam o acesso das camadas mais carentes da sociedade brasileira.

A diversidade da educação superior brasileira se mostra principalmente no nível da graduação, na variedade de organizações acadêmicas existentes, como faculdades, centros universitários e universidades, localizadas em diversos municípios e regiões do país, com diferentes culturas e costumes, bem como na multiplicidade de instituições e cursos. Nesse cenário heterogêneo, cujas diferenças devem ser respeitadas, valorizadas e prestigiadas, quase não se desenvolveu a educação superior vocacional, de natureza mais prática e de duração mais curta (denominada “tecnológica” na legislação brasileira), ao contrário do que se observa nos países que apresentam altas taxas de escolaridade.

O número de ingressantes em cursos superiores de tecnologia no Brasil tem diminuído desde 2010, e atualmente representam apenas 10% das matrículas no ensino superior. Em vários países que apresentam taxas de escolarização elevadas, grande parte das matrículas no ensino superior ocorre em cursos superiores vocacionados para o mercado de trabalho e com duração menor, o que corresponde às graduações tecnológicas no Brasil. Na Alemanha, nos EUA e na Coreia do Sul, por exemplo, em torno de 50% das matrículas no ensino superior concentram-se nesses cursos.

¹ <http://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Diretrizes-de-Poli%CC%81tica-08-08-.pdf>